AGÊNCIA SENADO

MINAS E ENERGIA

Senador Wilder quer ouvir do novo ministro projetos para a mineração

MODA ATACADISTA

Marconi anuncia melhorias na infraestrutura para o comércio da Rua 44

ASSESSORIA/GOV.GO

CERRADO

Goiânia, QUINTA-FEIRA, 2 de junho de 2016

www.wildermorais.com.br
facebook.com/wildermorais
instagram.com/wildermorais
twitter.com/wildermorais

A CRIATIVIDADE DE WAGNER AUGUSTO

O universo da imaginação materializado no papel

MATHEUS GEOVANE

WAGNER AUGUSTO DE CASTRO

Do mundo digital para o real

MATHEUS GEOVANE

Pela segunda vez o artista Wagner Augusto de Castro exibiu suas criações digitais no salão da Assembleia Legislativa. Capaz de estampar desenhos digitais em papel fotográfico, suas criações únicas chamam a atenção por esboçarem super-heróis, personagens de séries e filmes consagrados, tudo de forma criativa e harmoniosa.

De um jovem que mostra tamanha criatividade, se espera ser um estudante de artes plásticas, design, ou cursos afins, na verdade, Wagner Augusto utiliza as criações digitais como renda extra para cursar o Engenharia Civil. Segundo o artista, o que antes era um hobbie, se transformou em uma atividade lucrativa que ele começou a fazer de forma espontânea. "Comecei desenhando para meu irmão, meus amigos, pois gostavam das ilustrações que eu fazia. Então, logo percebi uma oportunidade", diz.

As ilustrações são todas digitais, criadas a partir dos renomados programas de edição de imagens, Illustratror e Photoshop, reveladas em papel fotográfico em diversos tamanhos. Wagner explica que sua inspiração surgiu do universo de séries e filmes que gosta. "Eu sempre gostei de séries, filmes e seus personagens. Então comecei a fazer como distração essas ilustrações e o pessoal gostou".

Wagner possui uma loja na rede social Instagram, chamada Universo Geek, onde se pode encontrar todas as criações com preços acessíveis que vão de R$ 40 por uma ilustração única, até R$ 160, reais caso o desenho seja um mosaico composto por mais de duas ou três ilustrações. Na Assembleia, a sua exposição segue até a próxima segunda-feira, 6.

MATHEUS GEOVANE

CERRADO
Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília
Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia
Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor
Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem
Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos, João Carvalho, Wandell Seixas e Rafaela Feijó

Capa
Seriema e mama-cadela

MINERAÇÃO

Senador Wilder quer ouvir novo ministro em reunião da Subminera

WELLITON CARLOS

O senador Wilder Morais convocou audiência pública para avaliação da situação institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) pretende ouvir Fernando Coelho Filho, novo ministro de Minas e Energia.

Além do gestor maior do setor, a comissão requereu a presença de Telton Elber Corrêa, diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Dagoberto Pereira Souza, superintendente do DNPM em Goiás; Carlos Botelho da Costa, superintendente do DNPM do Pará; Paulo Sérgio Costa Almeida, superintendente do DNPM de Minas Gerais; Ricardo de Oliveira Moraes, superintendente do DNPM de São Paulo; Adiel de Macedo Veras, superintendente do DNPM da Bahia, dentre outros interessados no tema.

Conforme Wilder Morais, a estrutura do DNPM é uma das mais importantes no organograma da produção mineral do país. Autarquia federal que está vinculada ao Ministério de Minas e Energia, o departamento tem como meta orientar o planejamento e o fomento da exploração mineral no Brasil.

É o órgão que regula o aproveitamento dos recursos minerais e pesquisas geológicas. É o DNPM também que controla e fiscaliza o exercício das atividades de mineração no país.

RAFAELA FEIJÓ

Wilder diz que é necessário debater o aprimoramento dos órgãos que lidam com a exploração mineral

Wilder destaca a importância do departamento e de sua missão institucional. Para ele o aperfeiçoamento do DNPM é necessário se o Brasil desejar ampliar suas ações no segmento mineral. "Temos que debater o aprimoramento dos órgãos que lidam com a exploração mineral".

Segundo o senador, o Código Mineral brasileiro atribui ao DNPM a formulação e proposição de diretrizes para a orientação da política mineral. "É o DNPM que fomenta a produção e estimula o uso racional e eficiente dos recursos minerais".

Presidente da subcomissão da área, Wilder Morais tem atuado para que ocorra aumento da arrecadação dos municípios e uma maior preocupação com a proteção do meio ambiente. "Temos o aprendizado terrível de Mariana. A população viu a cidade desmoronar e sabemos as dificuldades que serão enfrentadas daqui para frente. Portanto, os municípios precisam ser melhor atendidos com este repasse de tributos, que pode e deve ser repactuado", diz.

O parlamentar já realizou audiência para discutir a Compensação Financeira da Exploração Mineral (CFEM) e tem reiterado o debate sobre a situação de Niquelândia, município em que a Votorantim decidiu fechar postos de trabalho.

Wilder afirma que uma das propostas apresentadas é de que o CFEM das cidades seja dobrado. A alíquota destinada aos municípios é de 2% na atualidade. "O que os prefeitos e nós da Subminera propomos é que este percentual chegue aos 4%, em relação à venda final do que e produzido pela empresas", diz o senador goiano.

MEGA MODA SHOPPING

Marconi visita shopping e anuncia obras para a região da Rua 44

O governador Marconi Perillo prestigiou, na noite desta terça-feira, 31, a festa inaugural da expansão do Mega Moda Shopping, localizado na região de comércio da Rua 44, no centro da capital. A nova etapa elevou para 1.300 o número de lojas, para 700 as vagas nas garagens internas e para 60 os estacionamentos para ônibus.

Fundado em 2011 na região da 44, em Goiânia, o complexo se tornou em pouco tempo o maior shopping atacadista de moda do país. Com um investimento total de R$ 150 milhões na construção, com hotel interligado ao complexo, só a expansão deve gerar agora 13 mil novos empregos diretos.

O shopping recebe em média 500 mil pessoas/mês de todas as regiões do Brasil e do Paraguai. O hotel Soft Inn Mega Moda, inaugurado em março do ano passado, é o maior de Goiânia, com 270 apartamentos. "Tudo isso nos ajuda a atrair cada vez mais clientes", conta Chrystiano Câmara, superintendente do empreendimento.

Carlos Luciano, presidente executivo do Grupo Novo Mundo, dono do shopping, lembrou que o governador Marconi Perillo sempre fez questão de prestigiar o centro comercial. "Ele esteve na inauguração de todas as etapas do shopping. É um governante de visão, que enxerga essa região com olhos de um administrador moderno. Ele vê que, dentre as vocações que Goiás tem, uma delas, sem dúvida é distribuir moda", comentou.

O governador Marconi Perillo percorreu grande parte das dependências do shopping e depois falou aos lojistas presentes na solenidade. Anunciou que, através de parceria entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Goiânia e os empreendedores, "nós vamos fazer a revitalização completa da Praça do Trabalhador, uma obra que custará cerca de R$ 5 milhões. Trata-se de uma obra que vai valorizar muito esta área que é hoje o pulmão do emprego e do trabalho digno das famílias".

Com os dirigentes do shopping, o governador também discutiu o policiamento na região. Comprometeu-se a agir em conjunto com a Guarda Municipal "para dar proteção e segurança a vocês que trabalham aqui honesta e legalmente", salientou.

Marconi reafirmou que o Estado continua a incentivar os empreendedores através de créditos da GoiásFomento. "Trata-se de um programa lançado aqui há cerca de três anos. Todos podem ter acesso aos créditos, basta procurar a GoiásFomento".

Por fim, o governador Marconi disse ter recebido em audiência durante o dia, vários embaixadores africanos. Anunciou que eles vieram aqui exatamente em busca de parcerias na área da moda e da confecção. "Estamos, portanto, diante da possibilidade de expandirmos o nosso comércio da moda com outros países, aumentando o volume de vendas e a renda dos empreendedores", observou.

ASSESSORIA/GOV. GO

Marconi anunciou que o Governo de Goiás fará a revitalização do maior shopping atacadista de moda do país

SENADOR WILDER SE REÚNE COM VICE-PRESIDENTE DA CNI

RAFAELA FEIJÓ

Em reunião com o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Ferreira, o senador Wilder Morais pediu apoio do setor produtivo para reverter o quadro nacional de desemprego, que alcança cerca de 11,5 milhões de brasileiros. Paulo Afonso apresentou uma pauta que busca desburocratizar o setor e, em parceria com o Congresso, acelerar o desenvolvimento industrial, um caminho estratégico para reaquecer a economia e estimular a geração de emprego.

Durante a reunião, ele afirmou que contará com o senador Wilder Morais para ser o protagonista em defesa da indústria no Senado. Em conversa com o senador Wilder ele apresentou o levantamento feito pela CNI *Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018.*

O documento defende sete ações fundamentais: garantir a sustentabilidade fiscal; assegurar a segurança jurídica nas relações de trabalho; ampliar o prazo de recolhimentos de tributos; acelerar o processo de concessões ao setor privado na infraestrutura; priorizar as exportações como motor do crescimento; sustar temporariamente a imposição de novas obrigações acessórias às empresas e desenvolver programa de simplificação e redução da burocracia tributária; e regularizar as condições de crédito às empresas.

RAFAELA FEIJÓ

NA MÍDIA

6 GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2016 WWW.DM.COM.BR Diário da Manhã

CONFLITO DE DIREITOS

Energia elétrica contra meio ambiente

Concessão de energia elétrica para assentamentos não regularizados pode desencadear agressões. Projeto quer regulamentar prática e impedir ações públicas pela "metade"

Welliton Carlos
Da editoria de **Cidades**

A política de universalização de energia elétrica é um dos principais direitos ao acesso de serviços públicos essenciais no Brasil. Mas dependendo da forma com que é concedida, essa política pública pode ferir outra norma constitucional: o direito ao meio ambiente equilibrado e saudável. O que seria um choque de princípios constitucionais tornou-se questão de ordem no Congresso Nacional.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal analisa projeto de lei proposto pelo senador goiano Wilder Morais que trata do confronto entre os princípios da universalização dos serviços públicos e da concessão de energia elétrica em situações indevidas, que ferem o meio ambiente.

O parlamentar goiano tenta colocar o assunto em pauta, pois acredita que parte da desorganização urbana esteja relacionada aos benefícios dados "pelas metades".

O senador afirma que a política de universalização de energia elétrica não segue a orientação constitucional e acaba por gerar desordem urbanística: "Além de expor a sociedade a esses riscos, os assentamentos irregulares também sujeitam a população neles residente a condições de vida degradantes".

Baseada no princípio da universalização do acesso à energia elétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da Resolução nº 233, de 2003, obriga concessionárias de distribuição a atender a qualquer pedido de ligação. "E faz isso independente da regularidade fundiária, ambiental ou urbanística da ocupação", alerta o senador.

Segundo o parlamentar, a política adotada pela Aneel tem favorecido a invasão indiscriminada de áreas sensíveis. O ambientalista Murilo Mendez, da ONG "A paz que eu Quero", diz ao **Diário da Manhã** que o direito à moradia é nobre e deve ser respeitado. "Mas é claro que tudo dentro da lei. Quando a ocupação ocorre em várzeas de rios e terrenos contaminados ou instáveis, classificados pela legislação ambiental como áreas de preservação permanente (APP) ou mesmo áreas de risco, temos clara colisão de normas jurídicas que devem ser analisadas: o direito ao meio ambiente é coletivo. Penso que a lei proposta é importante para deixar claro que o poder público deve fazer seu serviço com correção", diz Murilo Mendes.

Wilder Morais diz que respeita e defende o acesso à moradia. Mas realiza a ponderação entre os princípios: "A aplicação desse objetivo da universalização não pode comprometer outros valores igualmente relevantes para a sociedade brasileira, como a preservação do meio ambiente".

Senador Wilder Morais diz que assentamentos irregulares sujeitam a população residente a condições de vida degradantes: oferta de energia elétrica não resolve problema

LEGISLAÇÃO

A Lei nº 11.977/09 prevê a regularização de assentamentos urbanos no Brasil. Tal normatização, todavia, deve observar o plano de regularização fundiária – que é um projeto urbanístico fundamentado em estudo técnico e sujeito a licenciamento urbanístico e ambiental.

Pela lei, o plano de regularização pode prever a realocação de edificações, quando houver necessidade de abrir vias de circulação ou áreas de uso público. Mas a norma é clara: proíbe, em qualquer hipótese, a manutenção de edificações em áreas de risco.

Segundo Wilder Morais, a política da Aneel compromete o abastecimento de água potável. Para ele o maior problema é que acabam surgindo áreas carentes nos municípios, o que prejudica as prefeituras as obrigando a tentar ceder serviços não estipulados no orçamento e até mesmo improvisados.

O parlamentar denuncia a existência de casos específicos de ocupações, uma minoria, que usa os assentamentos irregulares para depois revender os terrenos que foram demarcados. " E a energia elétrica é o elemento decisivo para a atração dos ocupantes, já que dá aparência de legalidade e segurança jurídica".

Fornecimento de energia elétrica em ocupações ilegais pode gerar conflito de direitos: Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal analisa como impedir danos ao meio ambiente

PROJETO INTERFERE EM VÁRIAS NORMAS

Os senadores que avaliam a proposta se mostraram favoráveis à conversão do projeto em lei. Projeto mexerá com vários estatutos legais:

- Estatuto da Cidade

Vai introduzir como diretriz de política urbana a observância da ordem urbanística na implantação de infraestrutura básica e na prestação de serviços públicos; e para qualificar como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.

- Lei de parcelamento do solo urbano

Pede a conclusão das obras de urbanização como o momento a partir do qual pode haver fornecimento de energia elétrica em baixa tensão. Caberá a lei de parcelamento tratar disso. Em caso de descumprimento, tratar os dirigentes de empresas concessionárias de serviços públicos entre os possíveis coautores do crime de loteamento clandestino.

- Lei de regularização fundiária de assentamentos urbanos

Estabelecer como princípio da regularização fundiária a coordenação entre essa política e a de distribuição de energia elétrica, de modo a coibir a formação de novos assentamentos irregulares; para restringir a implantação de infraestrutura aos assentamentos dotados de projeto de regularização. A proposta inclui ainda exigir a anuência do município como condição para o fornecimento de energia elétrica.

- Norma de criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Através de norma exigir a observância da legislação ambiental e urbanística na fixação das metas de universalização de energia elétrica.

- Lei de universalização do serviço de energia elétrica

Determinar que, na fixação das metas de universalização, a Aneel leve em consideração a ordem urbanística e a proteção ambiental, em colaboração com os respectivos órgãos estaduais e municipais. Projeto sugere ainda que sejam revogados dispositivos que determinam o atendimento pelas concessionárias de qualquer pedido de ligação enquanto as metas de universalização não forem fixadas.

jornal do senado Brasília, quarta-feira, 1º de junho de 2016

Situação do Departamento de Produção Mineral será debatida

A Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração aprovou requerimento de audiência sobre a situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Devem participar do debate, ainda sem data definida, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho; o atual diretor do DNPM, Telton Elber Corrêa; e diretores da autarquia no Pará, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Goiás.

Wilder Morais (PP-GO), autor do requerimento da audiência pública, destacou a necessidade de revisão das normas que regem o setor e a importância da capacitação técnica da autarquia. "É necessário trazer ao conhecimento público questões relacionadas ao funcionamento do DNPM, a necessidade de modernização da sua estrutura funcional para o atendimento das demandas e a adequação orçamentária das verbas destinadas ao seu funcionamento", argumenta.

Jefferson Rudy/Agência Senado

Presidente da subcomissão, Wilder Morais solicitou a audiência pública

31 de maio a 6 de junho/2016 O Repórter 7

SEGURANÇA

População quer mais policiamento nas ruas para aumentar 'sensação' de segurança

Violência reduz com aumento de efetivo policial, comprova pesquisa da ANTT. Senador Wilder Morais propõe mínimo de um policial para 300 habitantes. Moradores do Entorno do DF cobram presença da Força Nacional

A violência é um dos principais problemas para os moradores do Entorno do Distrito Federal. Ao contrário das demais regiões do país, entretanto, existe sempre o debate sobre quem deve zelar pelo problema.

Apesar de estar localizado em Goiás, o Entorno e seus principais problemas sofrem principalmente pela grande expansão urbana ocorrida após a criação de Brasília. Por isso o governo federal tem consciência pesada quanto às tragédias e violências que ocorrem nas cidades que se aglomeram ao redor de Brasília.

As recentes ações da Força Nacional nas cidades que integram a região goiana reduziram a incidência da criminalidade, acreditam os moradores.

A Força Nacional é a reunião de policiais, delegados e investigadores de várias partes do país a partir de uma ação ostensiva e investigativa do Ministério da Justiça. Eles formam uma força de elite que atua para dar visibilidade às ações policiais e também aumentar as elucidações dos crimes. "Ao ver a polícia nas ruas temos a sensação de que algo está sendo feito. Mas isso nem sempre acontece, às vezes é raro passar um carro de polícia por aqui", diz Elisangela Fernandes Nogueira, empregada de serviços gerais que mora em Luziânia e que viaja todo dia para Brasília, onde trabalha.

Os relatos dos moradores é de que quando existe mais policiamento nas ruas a situação melhora, pois o criminoso se inibe e tem menor espaço para agir. "Aqui no Centro é sempre assim: faltou policial, quem cruza ali o Centro de Convenções à noite é arriscado a perder o celular. Se tem polícia esse crime reduz".

Os moradores, todavia, afirmam Força Nacional nem sempre está

pensação a Polícia Militar está mais atuante. Temos visto muita gente nas ruas, muitas viaturas. Isso ajuda a gente. Mas a Força Nacional infelizmente não está mais por aqui", elogia o farmacêutico André Lopes de Almeida, que atua em Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás.

Os moradores afirmam para a equipe de reportagem que sempre que a Força Nacional está presente na região ocorre um aumento da sensação de segurança. "Nem sempre a criminalidade cai, mas pelo menos existe uma ideia de que se ocorrer um homicídio o bandido não tem pra onde correr. A Força prende mesmo", diz o motorista Josué Pereira da Silva, morador de Samambaia, mas que atua no Entorno no transporte público e de estudantes.

O senador goiano Wilder Morais tem levado o problema do Entorno para o Senado e Governo Federal. Para ele, a questão de segurança pública é "multifatorial". Wilder explica para a reportagem: "A questão da violência é nacional. Logo, não é só o Entorno do DF que tem o aumento de casos. Agora, é preciso reconhecer que o governo federal necessita atuar para controlar estes índices. E a presença da Força Nacional, com certeza, é algo que ajuda e muito a dar a sensação de segurança e, de fato, reduzir a criminalidade".

Wilder afirma que tem um pacote de ações para a segurança pública que pode reduzir os índices de homicídios e crimes contra o patrimônio, além de estupros e golpes no Entorno. O Brasil é um dos países em desenvolvimento que menos investe em segurança pública, reconhece o senador. "Ocorre que o pouco que se investe costuma ser mal aplicado".

O senador Wilder apresentou projeto de lei que apresentei, estabeleço o quantitativo mínimo de policiais por habitantes".

Wilder estipula um policial para cada 300 moradores, tendo em vista a atual realidade de diversos estados que não têm recursos para investir em segurança. O aumento do quantitativo de policiais nas ruas é recorrente pedido da população, comprovou nossa reportagem ao sair nas ruas dos municípios.

Enquanto o Distrito Federal tem a melhor proporção, Goiás está em sétimo dentre os que apresentam déficit de policiais. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o IBGE), Goiás tem um policial para cada grupo de 538 pessoas. "Não acredito que apenas o aumento do efetivo melhore a situação. Nem que as cidades menos violentas sejam aquelas com maior número de policiais. Entretanto, penso que investir em um padrão mínimo de efetivo pode dar a sensação de segurança e reduzir a tensão social".

Rodovias são terra sem lei

O senador Wilder Morais informa que existem vários debates no Senado Federal sobre a federalização do transporte público das cidades do Entorno. O tema é recorrente. E um dos motivos é o grande índice de violência nas estradas e também nos trajetos das cidades. "É uma situação complexa, pois quem entende os problemas do Entorno se espanta com os conflitos entre agentes públicos, leis e normas e fiscalização. Acaba que em vez de união, temos uma grande confusão".

Wilder elogia o Governo de Goiás: "Você observa o governo goiano sempre tentando cooperar. Mas o Governo Federal e do Distrito Federal fingem que não é com eles. Claro que é. Goiás é o único estado do Brasil que tem duas redes metropolitanas densamente povoadas e problemáticas. E uma delas é o Entorno, que merece atenção redobrada por conta do Governo Federal".

O senador diz que as rodovias próximas de Brasília lideram o ranking brasileiro da insegurança.

De acordo com a ANTT, em 2015, 8% das ocorrências do país aconteceram em Goiás."Pelo levantamento da agência, Goiás lidera com 74 crimes. Distrito Federal vem na sequência com 60. Minas Gerais ocupa a terceira colocação, com 30 casos", informa Wilder Morais.

Para comprovar a tese de Wilder, referente ao quantitativo de policiais, a pesquisa revelou que os Estados que apresentam um maior quantitativo de policiais rodoviários, como São Paulo (cinco casos) e Rio de Janeiro (apenas um), tiveram reduzida taxa de criminalidade em relação aos episódios flagrados em rodovias. "A BR-070 é campeã absoluta de casos em 2015. E pelo que sei não é o Governo de Goiás o responsável pela patrulha da rodovia federal".

ÁGUAS LINDAS

Wilder informa que sua equipe de gabinete realizou um relatório sobre as abordagens mais comuns: "Como modelo de crime padrão, os criminosos fecham os veículos de forma violenta, com tiros. Só que existe uma variação, que é fechar o ônibus até ele parar".

O levantamento da ANTT indica que os moradores de Águas Lindas são os maiores prejudicados pelo aumento da criminalidade na região.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) está hoje sem quantitativo suficiente para impedir a ocorrência dos crimes. O que acaba por permitir o aumento significativo de casos a serem investigados pela Polícia Civil que atua na região. E com isso o ciclo vicioso não cessa: a polícia federal que deveria coibir o crime

O NORTE DE GOIÁS

HOME ELEIÇÕES 2016 NOTÍCIAS MUNICÍPIO POLÍCIA POLÍTICA ECONOMIA BLOGS ENQUETES CONTATO

Linda Monteiro

Compartilhe

DESTAQUE • PORANGATU

Em Porangatu e Campinaçu, senador Wilder consolida PP e endossa 9 pré-candidaturas no Norte

31 de maio de 2016

Em entrevista ao ***Portal NG*** nesta terça-feira, 31, o senador Wilder Morais, presidente estadual do PP, garantiu que o partido vem em outubro consolidar o maior número de prefeitos e vices nas chapas da disputa eleitoral no norte do Estado. Hoje, conforme elencou Wilder, o PP tem pré-candidatos na maioria das cidades e deve postular 9 pré-candidaturas a prefeito.

Em Alto Horizonte o partido deve intensificar a campanha de Oildo Silveira à reeleição. Em Campinorte o PP encabeçará o ex-prefeito Wander Borges. Em Santa Tereza, estará a frente da disputa o também ex-prefeito Zemar. Em Formoso, o pré-candidato é Luiz Carlos (o Carlim); em São Luiz do Norte, a professora Jerônima; Em Novo Planalto, o nome do PP é Wanderley Borges; e em Trombas, o PP deve referendar Chinelão. Em Minaçu, Ian da Samina, apesar de não declarar publicamente, é o nome que o partido pode firmar a prefeito em outubro.

A base do prefeito Nenzão em Campinaçu tem no PP o principal nome para a disputa. É o comerciante Milsinho do Peg-Pag. Dos nove vereadores da Câmara, oito vão seguir a orientação de Nenzão em apoio a ele.

Em Porangatu o PP chega forte para intensificar apoio a pré-candidatura de Pedro Fernandes (PSDB). "Vamos apoiar o Pedro, que é o nome da base e tem o apoio do Júlio [da Retifica, deputado estadual], a maior liderança da cidade e do Norte de Goiás. Nos outros municípios temos pré-candidatos ou vamos apoiar o nome escolhido pelos partidos da base", disse Wilder. O PP em Porangatu deve postular a vaga de vice de Pedro Fernandes.

Sobre o processo de crescimento das articulações do partido em todo o Estado, o pepista avaliou que a sigla deve atuar em todos os municípios, seja com candidaturas próprias ou através de apoio à base aliada. "O PP é hoje um partido consolidado. Estamos presentes la nos 246 municípios goianos, seja com diretórios ou com comissões. No final de abril nos reunimos com 82 pré-candidatos a prefeito para as eleições deste ano e nossa meta é chegar a 120. Sem contar os candidatos a vice-prefeito e a vereador. Nestes últimos dez anos, o partido cresceu muito, sobretudo nos últimos dois", avaliou Wilder.

"Em uma década aumentamos em 10% o número de filiados. Conforme o TRE divulgou recentemente, o Partido Progressita é o terceiro maior de Goiás, com 56,6 mil filiados. No restante do estado estamos trabalhando da mesma forma como fizemos no Norte, estamos fortalecendo os pré-candidatos do PP e onde não há pré-candidato pepista vamos apoiar o da base aliada", finalizou.